

PM-PA

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

500 questões gabaritadas
Praticando - Oficial



CÓD: SL-183ST-23
7908433242673

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Informática	41
3. Direito Civil	55
4. Direito Administrativo	67
5. Direito Constitucional	79
6. Direito Penal	95
7. Direito Processual Penal	109
8. Direito Penal Militar	123
9. Direito Processual Penal Militar	131
10. Direitos Humanos	137
11. Legislação Penal Extravagante	145

Levando em consideração os sentidos e os aspectos linguísticos do texto precedente, assinale a opção **correta**.

A palavra “capciosos”, no trecho “Adjetivos demais podem estar camuflando objetivos capciosos”, tem o mesmo sentido de

- (A) perversos.
- (B) perigosos.
- (C) assombrosos.
- (D) ardilosos.

3. CEBRASPE (CESPE) - DEL POL (PC ES)/PC ES/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Significação de Vocábulo e Expressões

Texto CG1A1-I

Em 2020, a pandemia de covid-19 fez com que mulheres em situação de violência ficassem ainda mais vulneráveis. O início da pandemia foi marcado por uma crescente preocupação a respeito da violência contra meninas e mulheres, as quais passaram a conviver mais tempo em suas residências com seus agressores, muitas vezes impossibilitadas de acessar serviços públicos e redes de apoio.

O cenário retratado no **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** de 2020 evidencia a queda de crimes letais contra a mulher, mas não a diminuição da violência: houve um sensível aumento das denúncias de lesão corporal dolosa e das chamadas de emergência para o número das polícias militares, o 190, todas no contexto de violência doméstica, assim como o aumento dos casos notificados de ameaça contra mulheres. A quantidade de medidas protetivas de urgência solicitadas e concedidas também aumentou consideravelmente.

O ano de 2021 foi caracterizado por parte da retomada das atividades rotineiras em meio à redução dos índices de transmissão da covid-19 e da queda das mortes decorrentes da doença, em consequência da vacinação. Compreender as estatísticas criminais de violência contra as mulheres nos anos de 2020 e 2021 nos ajuda a pensar nas políticas públicas a serem implementadas no contexto da pandemia de covid-19 e da consequente intensificação da crise econômica vivenciada no Brasil. A pesquisa **Visível e Invisível**, realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontou que, no ano de 2020, a perda de emprego e a diminuição da renda familiar foram sentidas de forma mais intensa pelas mulheres que sofreram violência, o que tornou mais difícil para essas mulheres romper com parceiros abusivos ou relações violentas.

A exemplo do que vimos em outros países, embora tenha ocorrido queda nos registros, sabia-se que a violência contra a mulher estava aumentando de forma silenciosa

e era preciso agir rápido. Algumas ações foram realizadas pelas instituições policiais a fim de enfrentar o desafio que estava posto: a ampliação do rol de tipos penais que podem ser denunciados via boletim de ocorrência *online*, por exemplo, foi uma das iniciativas tomadas por praticamente todas as unidades da Federação, o que possibilitou que, em alguns estados, pela primeira vez, o registro de violência doméstica fosse feito sem que se precisasse ir até uma delegacia, bastando, para isso, o acesso à Internet e a um dispositivo como *tablet*, *smartphone* ou computador. Nesse sentido, campanhas de denúncia da violência doméstica divulgadas em farmácias e supermercados, dentro da lógica da **Campanha Sinal Vermelho**, idealizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ), consistiram em importante ação de repercussão nacional.

Internet: <<https://forumseguranca.org.br>> (com adaptações).

No texto CG1A1-I, o vocábulo “ampliação” (segundo período do quarto parágrafo) veicula o mesmo sentido da palavra

- (A) abrangência.
- (B) criação.
- (C) autorização.
- (D) aumento.
- (E) mudança.

4. CEBRASPE (CESPE) - MED (PREF MARINGÁ)/PREF MARINGÁ/PSF/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Significação de Vocábulo e Expressões

Texto CG1A1

Por muitos séculos, pessoas surdas ao redor do mundo eram consideradas incapazes de aprender simplesmente por possuírem uma deficiência. No Brasil, infelizmente, isso não era diferente. Essa visão capacitista só começou a mudar a partir do século XVI, com transformações que ocorreram, num primeiro momento, na Europa, quando educadores, por conta própria, começaram a se preocupar com esse grupo.

Um dos educadores mais marcantes na luta pela educação dos surdos foi Ernest Huet, ou Eduard Huet, como também era conhecido. Huet, acometido por uma doença, perdeu a audição ainda aos 12 anos; contudo, como era membro de uma família nobre da França, teve, desde cedo, acesso à melhor educação possível de sua época e, assim, aprendeu a língua de sinais francesa no Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris. No Brasil, tomando-se

5. CEBRASPE (CESPE) - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Em um computador com sistema operacional Windows, um documento baixado da Internet será salvo, por padrão, na pasta chamada

- (A) Documentos.
- (B) Downloads.
- (C) Área de Trabalho.
- (D) Imagens.

6. CEBRASPE (CESPE) - GM (SÃO CRISTÓVÃO)/PREF SÃO CRISTÓVÃO/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Assinale a opção que indica um sistema operacional utilizado em computadores domésticos.

- (A) Microsoft Office 365
- (B) Windows Explorer
- (C) Windows 10
- (D) Google Chrome

7. CEBRASPE (CESPE) - GM (SÃO CRISTÓVÃO)/PREF SÃO CRISTÓVÃO/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Assinale a opção que apresenta as teclas de atalho utilizadas no gerenciador de arquivos Windows Explorer para as operações de copiar, renomear e excluir arquivos, respectivamente.

- (A) Ctrl + C, Ctrl + V, Del
- (B) Ctrl + V, Ctrl + R, F1
- (C) F1, F5, Ctrl + R
- (D) Ctrl + C, F2, Del

8. CEBRASPE (CESPE) - SOLD (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Informática - Windows 10

Acerca do Windows 10, assinale a opção correta.

- (A) Os ícones da Área de Trabalho são dispostos de acordo com a instalação do Windows 10, não sendo possível alterar tal disposição.
- (B) A Cortana, assistente inteligente do Windows 10, responde a perguntas relacionadas ao Windows em qualquer idioma.
- (C) No Windows 10, é denominada Central de Configurações a opção que permite explorar, alterar e renomear arquivos.

(D) No Windows 10, um item que for copiado ficará armazenado na Área de Trabalho.

(E) O Windows 10 é um sistema operacional da Microsoft utilizável em *desktops*, *laptops*, *aparelhos de video game* e dispositivos móveis como *tablets*.

9. CEBRASPE (CESPE) - PER OF (PC PB)/PC PB/CRIMINAL/ÁREA GERAL/2022

Assunto: Informática - Windows 10

No MS Windows, as atividades de manutenção do computador, como a desinstalação de programas, podem ser realizadas por meio de recursos disponíveis

- (A) na área de transferência.
- (B) na área de trabalho.
- (C) no Painel de controle.
- (D) no Explorador de arquivos.
- (E) no Meu computador.

10. CEBRASPE (CESPE) - AG CRIM (POLITEC RO)/POLITEC RO/2022

Assunto: Informática - Windows 10

No Windows 10, é permitido realizar *backup* em uma unidade externa ou em um local de rede por meio do recurso

- (A) Windows Defender.
- (B) Otimização de Entrega.
- (C) Histórico de Arquivos.
- (D) Otimizador de Unidades.
- (E) Windows Insider.

11. CEBRASPE (CESPE) - MED LEG (PC RO)/PC RO/2022

Assunto: Informática - Windows 10

Para se ausentar temporariamente de sua estação de trabalho, mantendo seu computador inacessível sem, necessariamente, desligá-lo ou fechar os aplicativos, o usuário, além de configurar o acesso ao Windows com senha, deverá

- (A) pressionar simultaneamente as teclas CTRL, ALT e DEL e selecionar a opção Sair.
- (B) pressionar simultaneamente as teclas CTRL, ALT e DEL e selecionar a opção Gerenciador de Tarefas.
- (C) acionar o botão Iniciar e selecionar a opção Ligar/Desligar, seguida de Reiniciar.

5. CEBRASPE (CESPE) - PROC (PGE RO)/PGE RO/2022
Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Quanto ao alcance da eficácia, o direito à privacidade é classificado como

- (A) real.
- (B) absoluto.
- (C) temporário.
- (D) acessório.
- (E) patrimonial.

6. CEBRASPE (CESPE) - DEL POL (PC RJ)/PC RJ/2022
Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Acerca dos direitos fundamentais, à luz do direito civilista, assinale a opção **correta**.

- (A) De acordo com Código Civil Brasileiro, seja qual for a circunstância, cada pessoa tem a liberdade para dispor do próprio corpo do modo que bem desejar, tanto por meio de mutilações quanto por qualquer forma de diminuição permanente da integridade física.
- (B) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são irrenunciáveis e poderão ser transmitidos, caso o seu exercício sofra limitação voluntária.
- (C) Os direitos da personalidade são direitos essenciais à dignidade e integridade e dependem da capacidade civil da pessoa, podendo ser citados os direitos a vida, liberdade, privacidade e intimidade.
- (D) Abstratamente, os direitos fundamentais, entre os quais o direito da personalidade, sempre terão grau de importância entre si, independentemente da análise do caso em concreto.
- (E) Ao tratar da proteção à integridade física e do direito ao próprio corpo, o Código Civil Brasileiro traz a possibilidade de recusa em submeter-se a tratamento ou intervenção médica em situações em que o procedimento demonstre risco à vida da pessoa.

7. CEBRASPE (CESPE) - DP TO/DPE TO/2022
Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Maria, mulher transexual de dezenove anos de idade, deseja retificar seu registro civil para que conste o seu nome social e o gênero com o qual se identifica. Em pesquisas na Internet, ela descobriu que a Lei de Registros Públicos determina que o prenome é definitivo, o que a

levou a crer que sua vontade poderia não ser realizada. No entanto, conversando com outras pessoas, descobriu que havia um mutirão promovido pela Defensoria Pública local com o objetivo de dar encaminhamento na retificação documental de pessoas trans em razão do mais recente posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a questão.

Nessa situação hipotética, conforme o entendimento do Poder Judiciário e a legislação de regência, para conseguir a retificação de seus documentos de identidade, Maria deverá

- (A) submeter-se a cirurgias de resignação sexual e realizar, nos moldes do Sistema Único de Saúde, os tratamentos hormonais cabíveis, para, então, ajuizar uma ação retificadora.
- (B) submeter-se a cirurgias de resignação sexual e realizar, nos moldes do Sistema Único de Saúde, os tratamentos hormonais cabíveis, para, então, apresentar requerimento próprio junto ao cartório competente.
- (C) apresentar, ainda que com dezenove anos de idade, requerimento próprio junto ao cartório competente, sendo dispensada a apresentação de diagnósticos médicos indicando que ela seja uma mulher transexual.
- (D) ajuizar, somente após completar vinte e um anos de idade, uma ação retificadora, mesmo que não tenha se submetido a cirurgias de resignação sexual e realizado os tratamentos hormonais cabíveis, nos moldes do Sistema Único de saúde.
- (E) apresentar, somente após completar vinte e um anos de idade, requerimento próprio junto ao cartório competente, desde que apresente diagnósticos médicos indicando sua condição de mulher transexual.

8. CEBRASPE (CESPE) - JE TJMA/TJ MA/2022
Assunto: Direito Civil - Dos Direitos da personalidade (arts. 11 a 21)

Os direitos da personalidade, em regra, são:

- I intransmissíveis.
- II irrenunciáveis.
- III extrapatrimoniais.
- IV absolutos.
- V absolutamente indisponíveis.

Assinale a opção **correta**.

- (A) Apenas os itens II e V estão certos.
- (B) Apenas os itens I, III e V estão certos.
- (C) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- (D) Apenas os itens I, II, III e IV estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

(C) A publicidade legalmente assegurada a um ato administrativo circunscreve-se ao ato propriamente dito, sem abranger seus atos preparatórios e sua motivação.
 (D) Apenas pessoas com interesse subjetivo específico, o qual deve ser exposto como fundamento de eventual pedido de acesso a informação, têm direito a obter informações sobre atos do poder público.
 (E) A publicidade de atos, obras e serviços públicos é amparada constitucionalmente, mas não é autorizado o emprego de símbolos ou imagens com finalidade de promoção individual de gestores públicos.

6. CEBRASPE (CESPE) - NER (TJ SC)/TJ SC/REMOÇÃO/2023

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Implícitos, Reconhecidos e Infraconstitucionais

O princípio da juridicidade

- (A) não foi adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- (B) está contido no princípio da legalidade.
- (C) surgiu da constitucionalização do direito administrativo.
- (D) é uma construção do ordenamento jurídico brasileiro.
- (E) é conhecido também como princípio da eticidade administrativa.

7. CEBRASPE (CESPE) - DP TO/DPE TO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Implícitos, Reconhecidos e Infraconstitucionais

No que tange à atividade administrativa, são aplicáveis tanto à administração pública quanto ao administrado os padrões firmados pelo princípio

- (A) da publicidade.
- (B) da legalidade.
- (C) da boa-fé.
- (D) da segurança jurídica.
- (E) do interesse público.

8. CEBRASPE (CESPE) - AG POL (PC RO)/PC RO/2022

Assunto: Direito Administrativo - Princípios Implícitos, Reconhecidos e Infraconstitucionais

O dever de a administração gerir, conservar e velar pelos bens públicos em prol da coletividade advém do princípio da

- (A) indisponibilidade.
- (B) razoabilidade.

- (C) eficiência.
- (D) confiança.
- (E) autotutela.

9. CEBRASPE (CESPE) - ADP (DPE RO)/DPE RO/JURÍDICA/2022

Assunto: Direito Administrativo - Conceito de Atos Administrativos

Conceitualmente, ato administrativo

- (A) é a declaração do Estado ou de quem o represente, a qual produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeito ao controle pelo Poder Judiciário.
- (B) é aquele que decorre de acontecimentos naturais que independam do ser humano.
- (C) ocorre quando o fato corresponde à descrição contida na norma legal.
- (D) ocorre quando o fato descrito na norma produz efeitos no campo do direito administrativo.
- (E) é todo ato praticado no exercício da função administrativa.

10. CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE SE)/MPE SE/2022

Assunto: Direito Administrativo - Elementos, Requisitos e Pressupostos (Atos Administrativos)

O Conselho Nacional do Ministério Público atraiu para si processo administrativo disciplinar em curso, instaurado contra membro do *parquet* estadual no âmbito do órgão correccional daquela instituição.

Nessa situação hipotética, praticou-se o ato de

- (A) delegação.
- (B) encampação.
- (C) correição.
- (D) deliberação.
- (E) avocação.

11. CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT8/TRT 8/APOIO ESPECIALIZADO/PSICOLOGIA/2022

Assunto: Direito Administrativo - Elementos, Requisitos e Pressupostos (Atos Administrativos)

Acerca do requisito competência dos atos administrativos, julgue os seguintes itens.

- I A legitimidade dos atos administrativos pressupõe competência definida em lei.
- II No silêncio das normas jurídicas, presumem-se competentes para aplicar sanções administrativas os agentes públicos executores, de plano hierarquicamente inferior.

(B) A lei temporária aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, ainda que decorrido o período de sua duração.

(C) A lei excepcional tem aplicação imediata, não gerando efeitos caso não aplicada durante sua vigência.

(D) Definido o fato como criminoso, a pena deve ser aplicada quando estabelecida cominação para ele.

(E) Ainda que transitada em julgada sentença penal condenatória, lei posterior terá aplicação imediata.

6. CEBRASPE (CESPE) - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023

Assunto: Direito Penal - Da Contagem dos Prazos

De acordo com a doutrina e a legislação penal, os prazos penais são

(A) prorrogáveis, incluindo-se em sua contagem o dia do começo.

(B) improrrogáveis, excluindo-se o dia do começo em seu cômputo.

(C) improrrogáveis, incluindo-se em seu cômputo o dia do começo.

(D) prorrogáveis, excluindo-se o dia do começo em sua contagem.

7. CEBRASPE (CESPE) - TEC PER (PC PB)/PC PB/ÁREA GERAL/2022

Assunto: Direito Penal - Lugar do Crime

Em relação ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro adotou a teoria

(A) do resultado.

(B) da consumação.

(C) da atividade.

(D) da ubiquidade.

(E) da ação.

8. CEBRASPE (CESPE) - AJ (TJ PA)/TJ PA/DIREITO/2020

Assunto: Direito Penal - Lugar do Crime

Com relação ao tempo e ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro adotou, respectivamente, as teorias do(a)

(A) resultado e da ação.

(B) consumação e do resultado.

(C) atividade e da ubiquidade.

(D) ubiquidade e da atividade.

(E) ação e da consumação.

9. CEBRASPE (CESPE) - ACI (COGE CE)/COGE CE/CORREIÇÃO/2019

Assunto: Direito Penal - Lugar do Crime

A respeito da lei penal no tempo e no espaço, julgue os seguintes itens, tendo como referência o Código Penal e a jurisprudência dos tribunais superiores.

I A lei penal mais benéfica retroagirá em benefício do réu, de acordo com o princípio da retroatividade benéfica penal.

II Em relação ao tempo do crime, o direito penal brasileiro adota a teoria da atividade.

III Em relação ao lugar do crime, o direito penal brasileiro adota a teoria do resultado.

IV A lei penal mais benéfica aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, ainda que ocorra superveniência de lei penal mais gravosa ao longo da atividade delitiva.

Estão certos apenas os itens

(A) I e II.

(B) I e IV.

(C) II e III.

(D) I, III e IV.

(E) II, III e IV.

10. CEBRASPE (CESPE) - PROC MUN (PGM NATAL)/PREF NATAL/2023

Assunto: Direito Penal - Crime Impossível

A respeito de crime impossível e delito putativo, julgue os próximos itens.

I Delito putativo refere-se à absoluta impropriedade do objeto, enquanto crime impossível, à ineficácia absoluta do meio.

II No delito putativo, o agente tem a intenção de praticar um crime, porém o ato não encontra tipificação legal correspondente.

III Segundo entendimento do STF, não há crime quando o flagrante preparado pela polícia torna impossível a sua consumação.

Assinale a opção **correta**.

(A) Apenas o item I está certo.

(B) Apenas o item III está certo.

(C) Apenas os itens I e II estão certos.

(D) Apenas os itens II e III estão certos.

(E) Todos os itens estão certos.

5. CEBRASPE (CESPE) - NER (TJ SC)/TJ SC/PROVIMENTO/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Lei Processual Penal no Tempo, no Espaço e em Relação às Pessoas

João praticou um crime em 4/4/2020. Em 21/7/2021, foi oferecida ação penal, tendo a condenação sido proferida em 15/2/2022. Antes do julgamento do recurso de apelação, interposto em 10/5/2022, entrou em vigor alteração legislativa estritamente processual, que alterava todo o regramento sobre a matéria na primeira instância, trazendo benefícios para o acusado, mas prejuízo em outros aspectos. Na situação hipotética apresentada, a nova lei processual

- (A) deve ser aplicada ao caso, limitando-se aos dispositivos que trouxeram benefícios ao acusado.
- (B) deve ser aplicada ao caso, uma vez que ainda não ocorreu o trânsito em julgado.
- (C) não deve ser aplicada ao caso, uma vez que se aplica desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- (D) pode ou não ser aplicada ao caso, a depender de manifestação expressa do acusado.
- (E) não deve ser aplicada ao caso, uma vez que parte da lei poderá trazer prejuízo ao acusado.

6. CEBRASPE (CESPE) - SOLD (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Lei Processual Penal no Tempo, no Espaço e em Relação às Pessoas

No que se refere à aplicação da lei processual penal no tempo, assinale a opção correta.

- (A) Nova lei processual penal, mesmo que favorável ao agente de crime, é aplicável aos fatos anteriores a ela, ainda que já haja decisão a respeito desses fatos em sentença condenatória transitada em julgado.
- (B) Nova lei processual penal tem aplicação imediata em processos que já estejam em andamento.
- (C) A lei processual penal não admite interpretação extensiva nem aplicação analógica, por força do princípio da legalidade.
- (D) Nova lei processual penal tem aplicação imediata, o que impõe a necessidade de renovação dos atos praticados de acordo com a lei anterior, para que estejam em conformidade com a nova legislação.
- (E) A lei processual penal será aplicada exclusivamente aos processos iniciados durante sua vigência.

7. CEBRASPE (CESPE) - GCM (BOA VISTA)/PREF BOA VISTA/2023 DIREITO PROCESSUAL PENAL - INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 do CPP)

Relativamente ao inquérito policial, assinale a opção **correta**.

- (A) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- (B) É vedada a requisição de diligências pelo indiciado em inquérito policial, por ser providência a cargo exclusivo dos órgãos de persecução penal.
- (C) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito.
- (D) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas se de outras provas tiver notícia.

8. CEBRASPE (CESPE) - OF (PM SC)/PM SC/2023

Assunto: Direito Processual Penal - Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Assinale a opção correta conforme as disposições do Código de Processo Penal (CPP) acerca do inquérito policial.

- (A) O Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- (B) Quando o fato for de difícil elucidação e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pela autoridade policial.
- (C) É inadmissível recurso do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial.
- (D) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, não acompanharão os autos do inquérito.
- (E) Admite-se excepcionalmente o arquivamento do inquérito pela própria autoridade policial.

(C) Francisco, por se tratar de caso emergencial, que configura exceção à regra de prioridade especial de atendimento preferencial entre pessoas idosas.

(D) Joana, já que a regra de preferência de atendimento a pessoas idosas se aplica somente a pessoas com idade superior a oitenta anos.

(E) Joana, pois ela tem mais de oitenta anos e tem prioridade especial de atendimento em relação às demais pessoas idosas.

5. CEBRASPE - DP RO/DPE RO/2023

Assunto: Direitos Humanos - Da Assistência Social (arts. 33 ao 36 da Lei nº 10.741/2003)

O benefício assistencial ao idoso assegurado no Estatuto da Pessoa Idosa

(A) é garantido a toda pessoa com 65 anos de idade ou mais.

(B) é vinculado à assistência social.

(C) inclui o direito ao 13.º salário.

(D) depende de contribuição prévia para a previdência social.

(E) acarreta o direito à pensão por morte a eventual dependente do idoso, no caso de sua morte.

6. CEBRASPE - DP RO/DPE RO/2023

Assunto: Direitos Humanos - Da Habitação (arts. 37 e 38 da Lei nº 10.741/2003)

A assistência integral à pessoa idosa na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando se verificar

I inexistência de grupo familiar.

II inexistência de casa-lar.

III abandono pela família.

IV carência de recursos financeiros próprios ou da família.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas o item **I** está certo.

(B) Apenas o item **II** está certo.

(C) Apenas os itens **I**, **III** e **IV** estão certos.

(D) Apenas os itens **II**, **III** e **IV** estão certos.

(E) Todos os itens estão certos.

7. CEBRASPE - PROC (AGU)/AGU/2023

Assunto: Direitos Humanos - Da Habitação (arts. 37 e 38 da Lei nº 10.741/2003)

Nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa, a instituição dedicada ao atendimento à pessoa idosa onde não haja identificação externa visível se sujeitará à pena de

(A) afastamento provisório dos dirigentes.

(B) suspensão temporária do repasse de verbas públicas.

(C) suspensão do programa.

(D) multa, exclusivamente.

(E) interdição.

8. CEBRASPE - DP SE/DPE SE/2022

Assunto: Direitos Humanos - Da Habitação (arts. 37 e 38 da Lei nº 10.741/2003)

Conforme previsão estatutária, os programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos, visando a conferir moradia digna, devem garantir à pessoa idosa

(A) subsídio habitacional correspondente a trinta por cento para ser utilizado como entrada na aquisição da casa própria conforme a renda e a localização do imóvel.

(B) reserva de pelo menos três por cento das unidades habitacionais residenciais.

(C) financiamento compatível com os rendimentos de aposentadoria e pensão, sem limite de idade máxima.

(D) isenção da taxa de juros de financiamento quando da compra de um único imóvel para o idoso com renda familiar de até dois salários mínimos.

(E) quitação das prestações do imóvel, independentemente do tipo de financiado, em favor do cônjuge sobrevivente idoso em caso de falecimento do comprador idoso, tendo sido este o único a comprovar renda no ato da compra.

9. CEBRASPE - GM (SÃO CRISTÓVÃO)/PREF SÃO CRISTÓVÃO/2023

Assunto: Direitos Humanos - Do Transporte (arts. 39 ao 42 da Lei nº 10.741/2003)

João, Maria, José e Joana, respectivamente, com 60, 65, 68 e 70 anos de idade, cheios de energia, programaram uma viagem de ônibus para fora do estado. Para isso, necessitam pegar um ônibus do município onde residem até a rodoviária interestadual da capital do estado para depois embarcarem para o destino final da viagem. Maria e José contam somente com Benefício de Prestação Continuada pago pelo INSS. João e Joana recebem aposentadoria de dois salários mínimos e meio por mês.

Todas as vagas reservadas para idosos estão disponíveis. Considerando-se o disposto no Estatuto da Pessoa Idosa sobre gratuidade de viagens de idosos, é correto afirmar que nessa situação hipotética

(A) todos poderão viajar gratuitamente até a rodoviária interestadual.

(B) somente Maria e José poderão embarcar gratuitamente na rodoviária interestadual.

(C) a preferência será dada para José e Joana para a gratuidade no embarque em viagens interestaduais.

(D) João e Joana poderão ter direito ao benefício do desconto de cinquenta por cento, no mínimo, no valor das passagens.

I Segundo o entendimento do STJ, a posse de arma de fogo de uso permitido, com o registro vencido, como no caso de Marlene, não configura o crime de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido, uma vez que não há o dolo do agente que procede ao registro e, depois de expirado o prazo, é apanhando com a arma nessa circunstância.

II O fato de a arma estar sem munição impede a configuração do crime de posse ilegal de arma de fogo, dado que não existe uma situação concreta de perigo à segurança pública.

III O crime de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido admite a concessão de liberdade provisória com fiança, diferentemente do crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, que, por ser hediondo, não admite a concessão desse benefício.

IV A conduta de Marlene configura o crime de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido, uma vez que o fato de o certificado de registro estar vencido é suficiente para violar o bem jurídico tutelado pelo estatuto em apreço.

Assinale a opção **correta**.

- (A) Apenas o item **I** está certo.
- (B) Apenas o item **IV** está certo.
- (C) Apenas os itens **I** e **II** estão certos.
- (D) Apenas os itens **II** e **III** estão certos.
- (E) Apenas os itens **III** e **IV** estão certos.

37. CEBRASPE - DEL POL (PC ES)/PC ES/2022

Assunto: Legislação Penal e Processual Penal Especial - Dos Crimes e das Penas (arts. 12 ao 21 da Lei nº 10.826/2003)

No Estatuto do Desarmamento, considera-se crime hediondo

- (A) o porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
- (B) ter em depósito arma de fogo de uso permitido.
- (C) o porte ilegal de arma de fogo, em qualquer modalidade.
- (D) o crime de disparo de arma de fogo.
- (E) a posse ilegal de arma de fogo de uso proibido.

38. CEBRASPE - TDP (DPE RO)/DPE RO/OFICIAL DE DILIGÊNCIA/2022

Assunto: Legislação Penal e Processual Penal Especial - Da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (arts. 5º a 7º da Lei nº 11.340/2006)

Considerando-se as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei n.º 11.340/2006, é correto afirmar que

- (A) ameaça pode caracterizar violência moral.
- (B) retenção de documentos pessoais pode ser violência psicológica.
- (C) coação para praticar aborto pode configurar violência sexual.
- (D) limitação do direito de ir e vir pode caracterizar violência física.
- (E) manipulação que prejudique a autodeterminação pode ser violência patrimonial.

39. CEBRASPE - PJ (MPE AC)/MPE AC/2022

Assunto: Legislação Penal e Processual Penal Especial - Da Assist. à Mulher em Situação de Violência Domést./Familiar (arts. 8º a 12 da Lei nº 11.340/2006)

Caso seja configurada situação de violência doméstica com violência sexual contra a mulher,

- (A) a ofendida terá acesso a contracepção de emergência, a profilaxia de DSTs e a procedimentos médicos necessários.
- (B) o juiz assegurará à vítima, se necessário o seu afastamento do local de trabalho, a manutenção do vínculo trabalhista enquanto durar a situação de violência.
- (C) a vítima será incluída em programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal, por prazo indeterminado.
- (D) o agressor fará jus ao reconhecimento de atenuante da pena aplicada se ressarcir ao SUS os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento da ofendida.
- (E) a ofendida terá preferência na matrícula dos filhos em instituição de educação infantil próxima ao seu domicílio, mediante declaração da situação de vulnerabilidade.